

INÍCIO > **POLÍTICA**

PERNAMBUCO

Presidente de associação de docentes é investigada por outdoors contra Bolsonaro

PF instaurou inquérito contra a professora pelo crime de injúria; protestos foram organizados em setembro de 2020

Vanessa Gonzaga

Brasil de Fato | Recife (PE) | 15 de Março de 2021 às 15:27

Ouçá o áudio:



04:11



Diversos sindicatos e entidades espalharam pelo estado outdoors que relacionavam Bolsonaro ao alto número de mortes por covid-19 - Aduferpe

Em setembro de 2020, quando o Brasil chegava a triste marca de 120 mil mortes em

do Estado.

"O senhor da morte chefiando o país. No Brasil, mais de 120 mil mortes por COVID-19. #ForaBolsonaro", dizia um dos painéis encomendados.

Uma das organizações que encomendaram os *outdoors* era a Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Aduferpe). Agora, a Aduferpe está sendo indiciada a pedido do presidente Bolsonaro.

A abertura do inquérito foi contra a professora Erika Suruagy, presidenta da entidade à época e hoje vice-presidenta da associação. Suruagy é acusada por crime de injúria contra o presidente em procedimento aberto no dia 26 de janeiro.

Theobaldo Pires, advogado e assessor jurídico da Aduferpe, qualifica a acusação como uma afronta à liberdade e afirma que Bolsonaro quer "retaliar e reprimir qualquer manifestação contrária a ele" e que "a intenção do presidente é calar os sindicatos e a oposição". A favor da Aduferpe está a Constituição Federal, avalia Pires. "A Constituição Federal assegura a liberdade de expressão e a liberdade sindical".

Erika pode ser indiciada com base nos artigos 140 e 141 inciso 1 do Código Penal, o que pode causar a detenção da docente por até quatro anos. O advogado explica que o processo está acontecendo, mas em sigilo.

A docente do Departamento de Educação da UFRPE foi ouvida no dia 1º de março. "Houve a oitiva, tanto da Erika quanto da empresa que veiculou, para saber quem havia pago [a instalação dos *outdoors*] que, de fato, foi a Aduferpe. Agora aguardamos a conclusão do inquérito que deverá ser reemitido para o Ministério Público".

A censura de manifestações contrárias ao presidente não é um caso isolado. Também em Pernambuco, no município de Petrolina, em junho de 2020, *outdoors* que mostravam a frase "O SUS salva vidas, Bolsonaro não" tiveram parte da frase e o rosto do presidente coberto menos de 24 horas após a sua publicação.

Em Minas Gerais, um jovem foi preso no dia 3 de março após fazer uma publicação no *Twitter* contra o presidente Jair Bolsonaro, que estaria visitando a cidade de Uberlândia na ocasião.

Theobaldo ressalta que é importante a mobilização política contra o caso. "As atuações neste caso são mais do campo político. As jurídicas são em relação ao inquérito, mas, fora isso, é uma questão política, que pede que a gente se solidarize, dê um basta e diga que não vai aceitar esse tipo de intimidação".

de Ensino Superior (ANDES-SIN), da União dos Estudantes de Pernambuco (UEE) Cândido Pinto e da gestão da UFRPE, que reafirmou “o direito legítimo a manifestações públicas, sejam de origem do movimento sindical ou de qualquer outra, ressaltando-se o caráter inconstitucional e inadmissível da censura”.

Fonte: BdF Pernambuco

Edição: Francisco Barbosa e Poliana Dallabrida

13

RELACIONADAS

Bolsonaro busca quarto ministro da Saúde e saída honrosa para Pazuello

Motoristas são multados por buzinar e usar pisca-alerta em carreatas contra Bolsonaro

OUTRAS NOTÍCIAS

Caso Miguel: audiência é marcada, mas mãe teme adiamento ou anulação

Ouçá o Programa Brasil de Fato - Pernambuco - 08/09/18

Ouçá o Programa Brasil de Fato - Edição Pernambuco - 01/09/18



Todos os conteúdos do Brasil de Fato podem ser reproduzidos, desde que não sejam alterados e que se dêem os devidos créditos.